

## **O PAPEL DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

*Leticia Rangel de Azeredo* (UENF)

[leticiarangel645@gmail.com](mailto:leticiarangel645@gmail.com)

*Camila do Rosario Silva Barreto* (UENF)

[camiladorsbarreto@gmail.com](mailto:camiladorsbarreto@gmail.com)

*Lorena dos Santos Barreto* (UENF)

[lorenabarreto704@gmail.com](mailto:lorenabarreto704@gmail.com)

*Eliana Crispim França Luquetti* (UENF)

[elinafff@gmail.com](mailto:elinafff@gmail.com)

### **RESUMO**

No Brasil, a Educação Básica é uma etapa educacional obrigatória a partir dos quatro anos de idade. Logo, apresenta-se como fundamental para o pleno desenvolvimento infantil, visto que, no ambiente escolar, a criança tem o primeiro contato com os seus pares, começa a vivenciar suas primeiras experiências fora do núcleo familiar, bem como constrói novos aprendizados que constituirão os fundamentos para as próximas etapas da sua vida escolar. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a Variação Linguística na Alfabetização dos educandos que estão cursando os anos iniciais do Ensino Fundamental, visando a verificar a realidade dos educandos e os mecanismos adotados pelos profissionais de educação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, recorrendo a fontes bibliográficas que envolvem o tema de forma multidisciplinar, fundamentada em autores como: Soares (2011-1986), Bagno (2006-1999), Tfouni (1995), Brandão (2011), dentre outros. A análise pretende contribuir com os estudos que envolvem o reconhecimento da diversidade linguística e identitária dos educandos como medida de inclusão social, bem como colaborar com as ações governamentais e institucionais em prol do aperfeiçoamento dos mecanismos adotados pelos profissionais de educação.

### **Palavras-chave:**

Alfabetização. Ensino Fundamental. Variação Linguística.

### **ABSTRACT**

In Brazil, Basic Education is a mandatory educational stage from the age of four. Therefore, it is fundamental for the full development of children, since, in the school environment, children have their first contact with their peers, begin to experience their first experiences outside the family nucleus, as well as build new learning that will form the foundations for the next stages of their school life. Thus, the present work aims to analyze the Linguistic Variation in Literacy of students who are attending the initial years of Elementary School, aiming to verify the reality of students and the mechanisms adopted by education professionals. This is qualitative research, using bibliographic sources that involve the subject in a multidisciplinary way, based on authors such as: Soares (2011-1896), Bagno (2006-1999), Tfouni (1995), Brandão (2011), among others. The analysis intends to contribute with the studies that involve the recognition

of the students' linguistic and identity diversity as a measure of social inclusion, as well as collaborating with the governmental and institutional actions in favor of the improvement of the mechanisms adopted by the education professionals.

**Keywords:**

**Literacy. Elementary School. Linguistic Variation.**

## **1. Introdução**

A partir do final da década de 1980, por intermédio da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), a educação começou a ser considerada um direito fundamental e social. Assim, novas perspectivas em relação à relevância da escola para com as questões sociais, ultrapassaram os parâmetros do aperfeiçoamento cognitivo, da socialização e da formação política, passando a angariar destaques, também, como mecanismos de propagação e garantias de direitos (Cf. CURY, 1998).

Nesse sentido, a Carta Magna, no seu Art. 205, define a educação como direito essencial de todos os indivíduos e dever da família e do Estado em conjunto com a sociedade, visando ao pleno desenvolvimento dos sujeitos. Diante dessa conjuntura, a escola apresenta-se como um espaço propício para a construção de uma educação inclusiva e para o combate ao preconceito nas suas mais variadas formas (Cf. GADOTTI, 2003).

Mediante esse contexto de transformação social, em que a educação assume papel de suma importância à compreensão dos elementos que regem as relações sociais, o presente artigo intenciona analisar a variação linguística na alfabetização dos educandos que estão cursando os anos iniciais do Ensino Fundamental, visando a verificar a realidade dos educandos e os mecanismos adotados pelos profissionais de educação durante esse processo.

Os procedimentos metodológicos adotados foram fontes bibliográficas que envolvem o tema de forma multidisciplinar, fundamentadas em autores como: Soares (2011–1986), Bagno (2006–1999), Tfouni (1995), Brandão (2011), dentre outros. Assim, pretende-se contribuir para o combate ao preconceito linguístico no processo de alfabetização, sobretudo, no que tange aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Logo, para que esses objetivos sejam alcançados, a escola deve incentivar os alunos a fazerem uso da norma culta. Entretanto, é necessário que eles tenham ciência das variações linguísticas presentes no país e que os profissionais de educação adotem metodologias em prol do respeito as

diferentes identidades e formas de falar presentes no Brasil.

## **2. A língua como instrumento de dominação**

Em virtude do processo de colonização ao qual o Brasil foi submetido, gradativamente foram sendo impostas todas as influências do país lusitano, que por sua vez, era influenciado pela cultura europeia. Nesse sentido, muitos resquícios desse período ainda se perpetuam na sociedade brasileira até os dias atuais, originando diversos preconceitos, inclusive, em relação a língua utilizada por determinados segmentos da população, em que determinadas formas de falar são consideradas superiores a outras.

Ao tratarmos sobre o sistema educacional brasileiro, Bagno (1999) destaca que o mito sobre presença da existência de uma unidade linguística no Brasil é prejudicial a educação, visto que ao impor a norma padrão como a única forma correta de falar e comum a toda população, a escola, acaba perpetuando diversos preconceitos à medida que não reconhece a riqueza de culturas e a diversidade do português falado no país. Nesse sentido, a linguagem padrão, usada pela classe social dominante, passa a deter maior importância, enquanto a linguagem informal, utilizada pelas camadas mais pobres da sociedade, é inferiorizada e considerada incorreta.

Para o autor, o Brasil é composto por várias línguas e a variação linguística é uma realidade no país. Nessa perspectiva, cada aluno chega ao ambiente escolar com uma bagagem de conhecimentos prévios construídos no contexto em que está inserido, e com a língua, não é diferente (Cf. BAGNO, 1999). Ademais, a maneira como o indivíduo se comunica também é construída em sociedade, ou seja, “os usos e a percepção que se tem da funcionalidade da língua escrita também variam consideravelmente de acordo com a região, estado, ou nível socioeconômico do falante” (ARCENIO, 2016, p. 32). Essas diferenças geram o preconceito linguístico, o que por sua vez, é consideravelmente prejudicial para o processo de alfabetização (Cf. ARCENIO, 2016).

Nesse sentido, no processo de alfabetização, a criança proveniente das classes excluídas da sociedade sofre mais preconceito do que em qualquer outra fase da sua aprendizagem escolar, pois, nesse período, a marca da discriminação em favor das classes socioeconomicamente desprivilegiadas torna-se evidente. A escola valoriza a língua escrita e censura a língua oral, espontânea. E assim, as crianças procedentes das classes privilegiadas, conseguem adequar-se com mais facilidade aos moldes empregados

pela escola. Soares (2011) enfatiza que esse fato é constado, sobretudo, em relação às funções e usos da língua escrita, bem como a utilização do padrão culto da língua oral.

Cabe ressaltar que a escola tem a função de ser uma instituição capaz de oportunizar melhores condições para a igualdade social em virtude de propiciar formação de caráter científico e a aprendizagem real para aquele que a recebe. Logo, a formação intelectual é condição primeira do processo formativo, do desenvolvimento pessoal e da sociedade, o que por conseguinte, é evidenciado no conhecimento construído – atividade pela qual o homem se diferencia dos outros animais – melhorando suas próprias condições de existência em diversos aspectos, a saber, o moral, o intelectual e o material (Cf. CURY, 1998).

Marx (2006) destaca que embora os homens façam sua própria história, fazem sob determinadas circunstâncias materiais que podem não ser de sua escolha, mas aquelas com que se defrontam diretamente, isto é, legadas e transmitidas pelo passado. Ou seja, o homem é influenciado pela sociedade a sua volta e pelas interações que faz por meio dela. Dessa forma, a educação, ao adentrar no campo da cultura, caracteriza-se de acordo com o momento histórico e lugar nos quais se desenvolve, intervindo na forma como a sociedade se organiza.

Nessa vertente, Freire (2017) questiona o ideário de educação que se efetiva quando o professor é considerado o detentor dos conhecimentos. De acordo com o autor, nesse modelo, o aluno é tratado como um depósito de conhecimento e o professor como o transmissor. Desse modo, o aprendiz, é considerado apenas um receptor passivo diante do professor.

Esse tipo de educação no qual Demo (2017) chama de instrucionista também age de modo reconstrutivo e político. No entanto, em vez de abrir potencialidades para os sujeitos, lhe é imposta a ignorância. Para o autor, em vez de fomentar a autonomia criativa, ao introduzir esse tipo de ensino, o professor reduz o aluno a ouvinte passivo, reproduzidor de mensagens alheias, subalterno aos outros projetos históricos.

Dialogando com Freire (2017), a educação, pode tanto reforçar a reprodução da ideologia dominante, quanto mediante uma prática educativa-crítica desmascarar essa ideologia. Para tal, deve ser pensada como um movimento dialético. Mediante tal concepção, Bagno (1999) ressalta que as desigualdades sociais e econômicas que acometem a população brasileira contribuem para que a forma de falar proveniente das camadas mais abastadas da sociedade sejam consideradas superiores à língua utilizada

pela população mais pobre. Logo, a sociedade passa a desconsiderar a diversidade linguística presente no país.

Nessa perspectiva, Bortoni-Ricardo (2005) preconiza que o ambiente educacional deve funcionar como um espaço que venha oportunizar a democracia, o que resultará na inclusão e por consequência nas manifestações culturais e identitárias dos sujeitos sociais. Segundo a autora, todos os modos de falar devem ser incentivados dentro das instituições de ensino e a escola não deve limitar os alunos a ideia da língua única. Assim, as instituições de ensino devem proporcionar situações para que os alunos sejam apresentados a multiplicidade linguística de que o país é composto.

Nesse sentido, para Bortoni-Ricardo (2005):

Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15)

Conforme destaca a autora, o modo de uso da língua é moldado conforme a necessidade da sociedade. Com esse enfoque, os professores devem ter um repertório linguístico vasto, para que possam ampliar o vocabulário dos seus discentes e assim, viabilizar situações para que os educandos tenham a oportunidade de conhecer a riqueza das variadas formas de manifestação da língua, bem como empregar a língua ao contexto de uso exigido durante a sua utilização nas mais diversas situações.

### ***2.1. Mecanismos a serem adotados pelos professores em prol do combate ao preconceito linguístico***

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a partir dos 4 anos de idade, as crianças brasileiras devem estar matriculadas na escola regular. Em virtude do ambiente escolar ser o primeiro local que a criança começa a ter contato com seus pares fora do contexto familiar, a Educação Básica, período compreendido entre 4 e 17 anos de idade, destaca-se como essencial para o seu pleno desenvolvimento (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, Young (2007, p.1288) retrata que, anteriormente, as escolas eram consideradas “(...) instituições com o propósito específico de promover a aquisição do conhecimento (...)”, um conhecimento específico, que não seria ensinado em outro espaço a não ser na

escola. Ao tratar desse ponto, o autor destaca a necessidade de pensar quais conhecimentos se transformarão em “ferramentas” necessárias para que a pessoa possa compreender o seu entorno (o meio/sociedade em que vive). Para ele, o conhecimento científico é uma das condições essenciais para que a pessoa conheça o seu universo social, para além da sua condição socioeconômica particular.

Com esse enfoque, Young (2007) ressalta a importância da escola possuir um currículo que ensine o conhecimento universal sem negligenciar as questões cotidianas, promovendo, no aluno, mudanças na sua percepção de mundo, desde a mais tenra idade, a fim de contribuir para a construção da sua consciência crítica e para que aconteça a transformação do meio em que ele vive.

Frente às diferenças sociolinguísticas presentes na sociedade, os profissionais de educação não devem ignorar as peculiaridades linguístico-culturais presentes no âmbito educativo. Desse modo, a variedade linguística empregada pelos alunos deve ser valorizada e respeitada pela escola. Entretanto, deve ser oportunizado condições para que a criança possa aprender as variantes de prestígio, pois a língua representa um instrumento valioso de ascensão social.

Luft (1985), concebe que todo falante nativo compreende sua língua materna e o professor deverá se basear nisso para descobrir que tipo de gramática o aluno traz interiorizado e assim, partir desse conhecimento, para apresentar novos conhecimentos para eles.

Nesse contexto, Tfouni (1995) ressalta que,

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidade para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence, assim, ao âmbito do individual. (TFOUNI, 1995, p. 9)

Ao considerar a língua como um fator social oriundo da necessidade que o ser humano tem de se comunicar, o professor, por meio do processo de alfabetização precisa entender que cada aluno é único e, portanto, possui a sua própria identidade. Nesse sentido, por meio da instrução formal, os educadores têm o desafio de ensinar a norma culta apresentando novas possibilidades para que o aluno compreenda as variações presentes na linguagem verbal, respeitando as suas vivências individuais. De acordo com Brandão (2011) quando uma ideologia é imposta a uma classe social por meio de um discurso falso e autoritário, evidencia-se um processo de

desumanização do ser humano, o que contribui para o enfraquecimento das relações sociais.

Com esse enfoque, Bortoni-Ricardo (2005) enfatiza a importância de os professores atuarem como agentes em prol da desconstrução dos estereótipos construídos ao longo do tempo e que consigam apresentar realidades diferentes das regras gramaticais da norma culta, porém, tão legítima quanto ela. Entretanto, os educadores devem estar sempre pautados em ensinar aos educandos a adaptação da língua ao contexto em que ele estará inserido.

Do contrário, a escola poderá exercer o papel de dominação imposto pela cultura dominante e o aluno passará a considerar a língua portuguesa como uma língua difícil. Determinadas formas de imposição da língua, impostas pela gramática normativa, ao considerar a língua culta como única fonte do bem falar, se reproduzem por meio do preconceito linguístico que se impregnam de tal maneira no imaginário das pessoas a ponto de se tornarem parte integrante do modo de ser e de estar no mundo para muitas delas (Cf. BAGNO, 1999).

Todo esse processo de dominação traz como consequências as diferenças existentes entre a linguagem utilizada pelas classes oriundas das camadas populares e a linguagem formal utilizada pela escola, o que reflete em processos de exclusão. Com efeito, para Soares (1986) a relevância da linguagem no contexto escolar evidencia-se pelo fato de que ela é, ao mesmo tempo, o principal produto da cultura e o principal instrumento para a sua transmissão.

Nicolau & Mauro, (1986) destacam que no processo de alfabetização, a linguagem exige que as crianças utilizem novas formas de uso da língua. Segundo os autores, dependendo da classe social a qual pertencem, isso será mais ou menos familiar para elas. Nesse sentido, Bagno (2006) ressalta que é necessário a conscientização dos professores para eles não sejam os propagadores do preconceito linguístico e da discriminação.

[...] quem sabe, traçar novas estratégias de ensino, fugir da tradicional, que é autoritária e intolerante para com o que é diferente. se todos compreendêssemos que o português não padrão é uma língua como qualquer outra, com regras coerentes, com uma lógica linguística perfeitamente demonstrável, talvez fosse possível abandonar os preconceitos que vigoram hoje em dia no nosso ensino de língua. (BAGNO, 2006, p. 30)

Com esse objetivo, o autor destaca que o processo de ensinar deve ser caracterizado pela vontade de acrescentar na vida do aluno e não suprimir, de elevar e não de rebaixar a autoestima do indivíduo. Nesse sentido,

Bagno (2006) enfatiza que uma das melhores ferramentas de combate ao preconceito é propiciar oportunidades para que a sociedade em geral possa reconhecer e respeitar as diferenças presentes no país, assim como, compreender o significado do preconceito da maneira como ele se apresenta.

Para o autor, o conhecimento construído nos bancos escolares, aliado ao empenho dos professores formadores e a implementação de políticas públicas de ensino destacam-se como os principais meios de combate ao preconceito. Entretanto, para poder enfrentá-lo é necessário que exista a consciência da sua presença. Logo, é preciso reconhecê-lo como um problema social grave, que precisa ser combatido com urgência, em prol do respeito à diversidade e a desconstrução de padrões errôneos estabelecidos sobre grupos sociais historicamente excluídos.

### **3. Considerações finais**

Mediante o exposto, torna-se possível concluir que a língua se modifica conforme a necessidade de uso do falante. Nesse enfoque, a escola deve intervir como agente de transformação social, em que a educação formal deve partir das vivências pessoais do aluno. Entretanto, a fim contribuir para o aumento do repertório linguístico, de modo que os estudantes saibam empregar a língua nos seus diversos contextos de uso, a escola, deve desenvolver competências linguísticas nos alunos.

Ademais, as instituições de ensino têm papel fundamental como incentivadoras e na valorização das identidades culturais e linguísticas dos educandos desde os anos iniciais da Educação Básica, sobretudo, no que se refere aos anos iniciais do Ensino Fundamental, período no qual acontece o processo de alfabetização.

Nesse sentido, o presente artigo intencionou analisar a variação linguística na alfabetização dos educandos que estão cursando os anos iniciais do Ensino Fundamental, visando a verificar a realidade dos educandos, bem como os mecanismos adotados pelos profissionais de educação durante o processo. Assim, mediante o contexto de transformação social, em que a educação tem assumido papel fundamental no combate à discriminação nas suas formas mais variadas, destaca-se a importância de uma educação conscientizadora que viabilize reflexões em prol das transformações sociais e das desconstruções de estereótipos que durante séculos têm se propagado na sociedade brasileira.

Ademais, a escola, como um espaço de transformação social e de

valorização das identidades, destaca-se como um local propício para as discussões atinentes à temática em questão. Logo, os educadores devem ter como objetivo ampliar as perspectivas dos estudantes. Mediante tais assertivas, infere-se que os estudantes terão condições mais promissoras para assumirem o papel de protagonistas de suas próprias histórias.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCENIO, Cláudia Rodrigues. Linguagem, língua, fala e alfabetização: uma reflexão sobre o saber linguístico do aluno. *E-Mosaicos*, v. 5, n. 10, p. 31-45, dez, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/26619>. Acesso em: nov. 2022.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*: novela sociolinguística. São Paulo: contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Preconceito linguístico, o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Nós chegemu na escola, e agora? Socio-linguística e educação*. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art). Acesso em: nov. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: nov. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação e a nova ordem constitucional. *Revista Nacional de Educação*, v. 8, n. 14, p. 5-11, São Paulo, 1998.

DEMO, Pedro. Conhecimento e aprendizagem – a atualidade de Paulo Freire. *Revista da ABENO*, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 20-37, 2007. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/1409>. Acesso em: nov. 2022.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: paz e terra, 2017.
- GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*. Porto Alegre: L & PM, 1985.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.
- NICOLAU, Marieta Lúcia Machado; MAURO, Maria Adélia F. *Alfabetizando com sucesso*. São Paulo: EPU, 1986.
- SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Linguagem e Escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986.
- TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.
- YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? *Educação e sociedade*, v. 28, n. 101, p. 1288-1302, set./dez, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: nov. 2022.